

DIREITO DOS SEGUROS

(2.ª edição revista e atualizada)

Autor: António Menezes Cordeiro

ÍNDICE GERAL

Outras obras do Autor no domínio do Direito dos seguros	7
Advertências	9
Índice geral	11

PARTE I - PRELIMINARES

CAPÍTULO I - O DIREITO DOS SEGUROS

§ 1.º Introdução	
1. O Direito dos seguros	33
2. Os três pólos	34
3. Divisões básicas e sistema de exposição	35
4. Papel e importância	37
§ 2.º Estado atual	
5. Situação jurídico-científica	40
6. Bibliografia lusófona	42
7. Bibliografia estrangeira	45
8. Revistas e <i>internet</i>	48

CAPÍTULO II - EVOLUÇÃO HISTÓRICO-DOGMÁTICA

§ 3.º Antiguidade e Direito romano	
9. As origens	49
10. Antecedentes orientais; a Babilónia	50
11. A Grécia antiga	42
12. Roma; o <i>phoenus nauticum</i>	54
13. Esquemas assistenciais	58
§ 4.º A Idade Média e a Idade Moderna	
14. A origem medieval	59
15. A proibição da usura	61
16. A Idade Moderna; expansão comercial e bases científicas	63
§ 5.º O surgimento contemporâneo do Direito dos seguros	
17. As dificuldades jurídico-culturais 68.....	68
18. A experiência francesa	71
19. A experiência alemã	73

CAPÍTULO III - A HISTÓRIA DOS SEGUROS NO ESPAÇO LUSÓFONO

§ 6.º Das origens às codificações oitocentistas	
20. D. Dinis (1293) e D. Fernando (1371)	77
21. A Feitoria da Flandres, as misericórdias e o escrivão dos seguros (séc. XVI) 80.....	80
22. Pedro de Santarém e o Tratado dos Seguros (1552) 83	83
23. Do ofício de corretor de seguros (1578) à Nova Casa dos Seguros 85.....	85
§ 7.º As codificações comerciais	
24. A pré-codificação	89
25. O Código Ferreira Borges (1833)	93
26. O Código Comercial brasileiro (1850).....	98
27. O Código Veiga Beirão (1888)	100
§ 8.º A doutrina lusófona e a evolução legislativa	
28. Aspectos gerais; os clássicos	103

29. As leis mutualísticas	106
30. Os seguros obrigatórios	109
31. A supervisão dos seguros	112
32. A experiência brasileira	114
33. A experiência angolana	116
34. A experiência cabo-verdiana	118
35. A experiência macaense	121
36. A experiência moçambicana	122
37. A experiência santomense	123
38. Conspecto geral	124

CAPÍTULO IV - SISTEMAS DE SEGUROS E DIREITO EUROPEU

§ 9.º Sistemas de seguros	
39. Generalidades; o Direito inglês	127
40. O Direito alemão	130
41. Os Direitos francês e italiano	132
42. Síntese	134
§ 10.º Direito europeu dos seguros	
43. Bases gerais e evolução	136
44. As fontes comunitárias na área da supervisão	139
45. A reforma de 2009/2014 (Solvência II)	143
46. A Autoridade Europeia de Supervisão (EIOPA)	148
47. Organismos e entidades internacionais	150
48. O Direito material dos seguros	151
49. Um Código europeu dos seguros? Os PEICL	153

PARTE II - OS SEGURADORES

CAPÍTULO I - AS ENTIDADES SEGURADORAS EM GERAL

§ 11.º Evolução histórica	
50. As primeiras companhias (séc. XVIII)	161
51. O século XIX	163
52. O século XX e a supervisão	165
53. A nacionalização de 1975	170
54. A reprivatização	174
§ 12.º O regime vigente	
55. Conspecto geral	177
56. O objeto das seguradoras	179
57. A exclusividade; natureza financeira; atividades conexas	183
58. O objeto das resseguradoras	184
59. A capacidade	185
§ 13.º Autorização, registo, vicissitudes e supervisão	
60. Autorização e registo	189
61. Vicissitudes e supervisão	189
62. Situações especiais e papel das sociedades anónimas	190

CAPÍTULO II - AS SOCIEDADES ANÓNIMAS DE SEGUROS

§ 14.º Fontes e elementos essenciais	
63. Fontes; o papel do Código das Sociedades Comerciais	193
64. A firma	195
65. Objeto e constituição	196
66. A sede e as formas locais de representação	199
67. O capital social	202

§ 15.º A administração e a fiscalização	
68. O relevo da administração	206
69. O papel da fiscalização	207
70. Os modelos	211
71. Os membros dos órgãos	212
72. Sistemas de governação e códigos de conduta	214
§ 16.º A dissolução e a liquidação	
73. As regras gerais	
74. A caducidade e a revogação da autorização	220
§ 17.º As sociedades seguradoras portuguesas	
75. As empresas de seguros existentes.....	

CAPÍTULO III - AS MÚTUAS DE SEGUROS

§ 18.º O mutualismo	
76. Da tradição medieval ao mutualismo oitocentista	257
77. O movimento cooperativo	259
78. O Direito atual	261
79. A confluência com as mútuas de seguros e as caixas económicas; óbices... ..	166
§ 19.º As mútuas de seguros	
80. Constituição, forma, objeto e fontes	268
81. As normas do RGAS aplicáveis	269
82. As mutualidades existentes	269

CAPÍTULO IV - AS SITUAÇÕES INTERNACIONAIS

§ 20.º Empresas portuguesas na União	
83. Generalidades; o passaporte comunitário	271
84. Notificação e comunicação	272
85. Início de atividade e natureza das sucursais	273
§ 21.º Empresas da União Europeia em Portugal	
86. Condições gerais	275
87. Início de atividade, alterações e contribuições	276
88. Sucursais, em Portugal, de seguradoras europeias	276
§ 22.º Empresas exteriores à União Europeia em Portugal	
89. Autorização prévia específica	285
90. Procedimento e mandatário geral	285
91. Outras regras e empresas suíças	287
92. Sucursais existentes	287

PARTE III - A SUPERVISÃO DOS SEGUROS

CAPÍTULO I - A SUPERVISÃO DOS SEGUROS:

NOÇÕES BÁSICAS E EVOLUÇÃO

§ 23.º A regulação em geral	
93. A regulação económica	291
94. Origem e evolução	293
95. O teor e as modalidades	296
96. O conteúdo da regulação	299
97. Prós e contras	300
98. A Lei-Quadro dos Reguladores	301
§ 24.º Necessidade e evolução	
99. As insuficiências do mercado	305
100. O surgimento da supervisão dos seguros	306

101. Níveis europeus	307
§ 25.º A evolução em Portugal	
102. A supervisão dos seguros até 1982	309
103. O Instituto de Seguros de Portugal	313
104. As supervisões integrada e complementar e a evolução do RGAS	320
105. As reformas de 2009, 2010 e 2011; balanço	322

CAPÍTULO II - O REGIME DA SUPERVISÃO

§ 26.º Quadro básico	
106. O RGAS de 1998	327
107. Os Estatutos da Autoridade de Supervisão de Seguros	328
108. O RGAS de 2015; objetivos	328
109. Segue; o conteúdo	329
110. A dispersão sistemática e a reconstrução dogmática	333
111. A natureza pública	338
§ 27.º A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)	
112. O ex-Instituto de Seguros de Portugal	340
113. A orgânica do ex-ISP	342
114. A supervisão do ex-ISP	344
115. A Autoridade de Supervisão de Seguros (ASF) de 2015	345
116. O Conselho de Administração da ASF e a supervisão	346
117. Aspectos orgânicos	

CAPÍTULO III - A DINÂMICA DA SUPERVISÃO DOS SEGUROS

§ 28.º As vicissitudes das seguradoras	
118. A constituição	351
119. As participações e as suas transmissões	353
120. A supervisão complementar	355
121. Alterações e extinção	358

SECÇÃO I - O RGAS de 1998

122. Relevos	360
--------------------	-----

§ 29.º As garantias prudenciais no RGAS de 1998	
--	--

123. Quadro geral	360
124. Provisões técnicas	361
125. Margem de solvência	363
126. Fundo de garantia	365

§ 30.º Fiscalização e insuficiência das garantias financeiras	
--	--

127. A fiscalização	366
128. O risco de insuficiência	367
129. A situação de insuficiência	367
130. Dimensões transfronteiriças	369
131. A revogação da autorização e a insolvência	370

§ 31.º As garantias prudenciais das resseguradoras	
---	--

132. Aspectos gerais	372
133. As garantias das resseguradoras	372
134. A fiscalização, o risco de insuficiência e a insuficiência	373

§ 32.º O endividamento	
-------------------------------------	--

135. Princípio e regime geral.....	375
136. Regime especial	376
137. Outras regras	377

§ 33.º Condições financeiras das empresas de seguros	
138. O RGAS de 2015	379
139. Regras gerais	380
140. Avaliação dos elementos do ativo e do passivo	381
141. Provisões técnicas	381
142. Fundos próprios	382
143. Capital de solvência e capital mínimo	382
144. Investimentos	381
§ 34.º Supervisão de grupos	
145. O RGAS de 2015	384
146. Noções básicas	385
147. Condições financeiras e sistemas de governação	387
148. Medidas para facilitar a supervisão	387
§ 35.º Recuperação e liquidação	
149. Panorama geral do RGAS de 2015	389
150. Prevenção e recuperação	390
151. A liquidação	391

CAPÍTULO IV - A SUPERVISÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO

§ 36.º A regulação dos contratos	
152. A necessidade de regulação	393
153. O sistema do RGAS de 1998	395
154. O RGAS de 2015	396
155. Os limites	397
§ 37.º As áreas de regulação	
156. Generalidades; a tipicidade dos ramos	399
157. Os seguros obrigatórios e os restantes	400
158. A conduta do mercado; a concorrência	401
159. Transferência de carteira e sigilo profissional.....	403

PARTE IV - A MEDIAÇÃO DOS SEGUROS

CAPÍTULO I - A MEDIAÇÃO EM GERAL

§ 38.º Noções básicas e evolução	
160. Noções básicas	407
161. Direito romano e Direito intermédio	409
162. Os Direitos nacionais modernos	411
163. Codificações civis e comerciais; justificações da figura	414
§ 39.º A especialização	
164. Mediação mobiliária; intermediação financeira	417
165. Mediação dos seguros (remissão)	419
166. Mediação imobiliária	419
167. Mediação monetária	425
168. Mediação de jogos sociais do Estado	426
§ 40.º Dogmática geral	
169. Aceções e modalidades	427
170. Mediação civil e mediação comercial	429
171. Mediação típica e mediação atípica	431
172. Figuras afins	432

§ 41.º Regime e natureza	
173. Requisitos	435
174. Cláusulas típicas e boa-fé	437
175. A retribuição	439
176. A cessação	442
177. Características e natureza	443

CAPÍTULO II - A MEDIAÇÃO DOS SEGUROS

§ 42.º Generalidades, Direito europeu e evolução lusófona	
178. Aspetos gerais	445
179. Direito europeu	447
180. Evolução lusófona	450
§ 43.º As fontes em vigor	
181. A Lei n.º 10/2006, de 4 de abril	454
182. O Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho	455
183. A regulamentação do ex-ISP	456
§ 44.º O Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho	
184. Sistema e alterações	458
185. Disposições gerais	459
§ 45.º Os requisitos dos mediadores	
186. O acesso	462
187. A especialização e o acesso	464
188. O exercício	466
189. O registo	468
§ 46.º Supervisão, sanções e outros aspetos	
190. A supervisão	471
191. As sanções	472
192. Disposições finais e transitórias	473
193. Problemas de aplicação	475

PARTE V - O CONTRATO DE SEGURO

CAPÍTULO I - O DIREITO MATERIAL DOS SEGUROS

§ 47.º Parâmetros gerais	
194. Contrato de seguro e Direito material dos seguros	479
195. Direito material dos seguros	481
196. A integração de lacunas; o Direito subsidiário	484
197. O título de aplicação do Direito civil (ou comercial)	486
198. A interpretação e a aplicação	487
199. O papel das condições gerais dos seguros (cgs)	489
§ 48.º Direito internacional privado dos seguros	
200. Os valores internacionais privados e a sua renovação	491
201. O DIP dos seguros; a evolução europeia	494
202. Roma I (2008)	501
203. Evolução lusófona	505
204. Síntese: a aplicação temporal do DIP dos seguros	508
§ 49.º As normas imperativas	
205. O princípio geral da autonomia privada	510
206. A imperatividade absoluta	512
207. A imperatividade relativa	514
208. Seguros proibidos	516

209. Práticas discriminatórias	519
--------------------------------------	-----

CAPÍTULO II - OS ELEMENTOS DO CONTRATO

§ 50.º As partes e os terceiros	
210. O segurador	525
211. A representação aparente do segurador	527
212. O tomador do seguro	528
213. O segurado	530
214. Os (outros) beneficiários; cautelas terminológicas	533
§ 51.º O risco	
215. O risco no Direito civil	535
216. O risco no seguro	537
217. A falta ou a supressão do risco	541
218. Outros pontos de relevância do risco	544
§ 52.º O interesse	
219. Generalidades; quadro terminológico	546
220. O interesse no Direito civil	551
221. O interesse no Direito dos seguros: origem e evolução	557
222. Evolução subsequente; o interesse restrito 560.....	560
223. A evolução lusófona	563

CAPÍTULO III - A RELAÇÃO DE SEGURO

§ 53.º Prémio, cobertura de risco e indemnização	
224. Generalidades	569
225. O prémio	571
226. A cobertura do risco	572
227. O sinistro e a indemnização	577
§ 54.º A relação global de seguro	
228. Generalidades; o <i>instrumentarium</i> disponível	579
229. Uma relação duradoura	582
230. Os encargos (<i>Obliegenheiten</i>)	584
231. Da relação complexa à relação geral	590
§ 55.º Função e natureza do seguro	
232. A função do seguro	594
233. A natureza sinalagmática	596
234. A onerosidade e a aleatoriedade	599
235. Dimensões parafiscal e financeira	600

CAPÍTULO IV - A FORMAÇÃO DO CONTRATO

SECÇÃO I - OS DEVERES DE INFORMAÇÃO

§ 56.º O sistema de fontes relativas à informação	
236. Generalidades; a <i>culpa in contrahendo</i> (cic)	603
237. Os diplomas dos seguros	605
238. As condições gerais, a tutela do consumidor e os contratos à distância	607
239. Quadro geral das informações em Direito	610
240. A articulação das fontes e a sua dogmatização	612
241. Natureza e limites; o direito à legítima ignorância	616
§ 57.º Os deveres de informação do segurador	
242. As informações a prestar	618
243. O modo de prestar informações	621
244. O dever especial de esclarecimento	623

245. O incumprimento; a aplicabilidade do Direito civil	624
§ 58.º Os deveres de informação do tomador ou do segurado	
246. Generalidades; as reticências (Código Veiga Beirão)	627
247. A declaração inicial do risco	631
248. Reticências dolosas	635
249. Reticências negligentes	639
SECÇÃO II - A ADESÃO ÀS CONDIÇÕES GERAIS DOS SEGUROS	
§ 59.º Os seguros e as condições gerais	
250. As condições gerais dos seguros; funções	641
251. Dogmática básica e perigos envolvidos	644
252. Evolução geral; leis específicas; Direito europeu	646
§ 60.º A Lei de 1986	
253. Antecedentes, aspetos gerais e evolução	654
254. Âmbito e inclusão nos contratos singulares	659
255. Cláusulas prevalentes e cláusulas excluídas	666
256. Interpretação e integração.....	
§ 61.º Condições gerais nulas e proibidas	
257. Nulidade e proibição; sistema geral	671
258. A proibição por contrariedade à boa-fé	675
259. As condições gerais proibidas	678
260. A ação inibitória e a sua importância	684
261. As regras legais específicas	687
262. A prática portuguesa	688
263. Os contratos de seguros pré-formulados	689
§ 62.º Contratação eletrónica	
264. A contratação por computador e pela internet	694
265. Seguros à distância	700
266. Balanço	703
SECÇÃO III - CONCLUSÃO E FORMA DO CONTRATO	
§ 63.º A conclusão do contrato	
267. A técnica seguradora; a "proposta"	705
268. O silêncio do segurador	706
269. A mediação	708
270. A representação aparente	710
271. As mensagens publicitárias	711
§ 64.º A forma do contrato e a apólice	
272. O regime do Código Veiga Beirão (1888)	714
273. Forma e apólice no Direito vigente	717
274. Emissão e entrega; a consolidação	718
275. Redação, língua e texto	720
276. Apólice nominativa, à ordem e ao portador	721
CAPÍTULO IV - O CONTEÚDO DO CONTRATO	
§ 65.º Princípios gerais	
277. O conteúdo	723
278. A tipicidade dos ramos	725
279. O risco e o interesse	728
280. Condições gerais, especiais e particulares; exclusões	729
281. Atos dolosos	731

282. Seguro por conta própria e por conta de outrem	732
283. Dever de sigilo e comunicações	736
§ 66.º O prêmio	
284. Noção e características	738
285. Aspetos gerais e evolução	740
286. O regime do Decreto-Lei n.º 142/2000 (versão 2005)	743
287. Modo de pagamento	745
288. Vencimento e mora	748
289. Prescrição	750
§ 67.º O sinistro e a indemnização	
290. Noção	751
291. A participação	752
292. A indemnização (pagamento)	754
293. A sub-rogação do segurador	757

CAPÍTULO V - VICISSITUDES E CESSAÇÃO DO SEGURO

§ 68.º As vicissitudes	
294. A alteração do risco	761
295. A transmissão do seguro	762
296. A insolvência do tomador ou do segurado	764
§ 69.º A vigência	
297. Produção de efeitos e duração	765
298. Prorrogação	765
§ 70.º A cessação	
299. Modos de cessação e efeitos	
300. A caducidade	767
301. A revogação	769
302. A denúncia	770
303. A resolução	772
304. A livre resolução pelo tomador	774

CAPÍTULO VI - A PLURALIDADE DE PARTES

§ 71.º O cosseguro	
305. Evolução recente	777
306. Noção, apólice única e regime de responsabilidade	778
307. O cossegurador líder e o funcionamento do cosseguro	779
308. O cosseguro comunitário	781
§ 72.º O resseguro	
309. Noção, forma e regime subsidiário	783
310. Efeitos perante terceiros	784
§ 73.º O seguro de grupo	
311. Noção e disposições gerais	785
312. A cessação	786
313. Seguro de grupo contributivo	787

PARTE VI - OS SEGUROS EM ESPECIAL

314. Ordenação e sequência	791
----------------------------------	-----

CAPÍTULO I - OS SEGUROS DE DANOS

§ 74.º Princípios gerais	
315. A noção de dano	793
316. O dano no seguro; danos morais	795

317. A identificação; vícios da coisa e seguro conjunto	797
318. Afastamento e mitigação do dano	799
§ 75.º O princípio indemnizatório	
319. Conspecto geral; a materialidade	802
320. Os salvados	803
321. Interesse seguro e autonomia privada	804
322. O sobresseguro e a pluralidade de seguros	806
323. O subseguro e a atualização	808
324. A sub-rogação pelo segurador	809
§ 76.º Seguro de responsabilidade civil	
325. Noção, âmbito e cobertura	811
326. Defesa jurídica, dolo e pluralidade de lesados	812
327. Bónus e agravamentos	814
328. Regresso contra o tomador ou o segurado	816
329. Prescrição dos direitos do lesado	818
330. Seguros obrigatórios	819
§ 77.º Seguro de incêndio	
331. Generalidades e antecedentes	821
332. Noção; seguros obrigatórios	823
333. Âmbito e apólice	823
§ 78.º Seguro de colheitas e pecuário	
334. Seguro de colheitas; noções gerais; fontes	825
335. Seguro pecuário	826
336. Apólice	827
§ 79.º Seguro de transporte de coisas	
337. Generalidades e antecedentes	828
338. Âmbito, legitimidade e período de cobertura	829
339. Apólice, capital seguro e pluralidade de transportes	830
§ 80.º Seguro financeiro	
340. Aspectos gerais e antecedentes	832
341. O seguro de crédito e o seguro-caução	834
342. Reembolso e remissão	835
§ 81.º Seguro de proteção jurídica	
343. Noção e âmbito	836
344. Contrato, menções e arbitragem	837
§ 82.º Seguro de assistência	
345. Noção e exclusões	838

CAPÍTULO II - OS SEGUROS DE PESSOAS

§ 83.º Princípios gerais	
346. Generalidades; o objeto	837
347. Declarações e exames médicos	840
348. A apólice	842
349. Pluralidade de seguros e sub-rogação	842
§ 84.º Seguro de vida	
350. Noção e âmbito	843
351. Informações e apólice	843
352. O risco e o seu agravamento; exclusões	845
353. Direitos e deveres das partes; a transmissão	846

354. Designação beneficiária e pagamento do prémio	847
355. Participação nos resultados e captação de aforro	848
356. Operações de capitalização	849
§ 85.º Seguro de acidente e de saúde	
357. Seguro de acidentes pessoais	852
358. Seguro de saúde	
CAPÍTULO III - O SEGURO DE RESPONSABILIDADE AUTOMÓVEL	
359. Enquadramento	855
§ 86.º Problemática geral dos acidentes de viação	
360. Motorização, sinistralidade e Direito	856
361. As imputações básicas de responsabilidade	860
362. A aplicação da comissão (501.º, do Código Civil)	860
363. A responsabilidade pelo risco	865
364. Os beneficiários da responsabilidade	868
365. A exclusão de responsabilidade	869
366. A colisão de veículos	870
367. A solidariedade	871
368. Limites máximos e o seguro obrigatório	872
§ 87.º Evolução e Direito europeu	
369. O seguro e a sua evolução	874
370. Direito europeu	877
371. O Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto	880
§ 88.º O seguro obrigatório	
372. Âmbito, contratação e prova	883
373. A regularização de sinistros	885
374. O Fundo de Garantia Automóvel	880
§ 89.º O montante da indemnização	
375. O problema; a tutela da Constituição	891
376. A série negra	893
377. A Portaria n.º 679/2009, de 25 de junho	896
378. Dados jurisprudenciais recentes	898
Índice de jurisprudência	903
Índice onomástico	915
Índice bibliográfico	929
Índice ideográfico	967